

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao vigésimo quinto dia do mês de Março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, conforme Resolução 075/2020. Deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocaçõesos conselheiros Titulares Governamentais: Lucimar Pasin Godoy (SESA), Joice Barbaresco (SEED). Titulares da Sociedade Civil: Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Regional Paraná), Isadora de França Lopes (Aras Maringá), Fabricia Laís Pigaini (Caritas Londrina), Marcos Regazzo (Suplente – Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), Gustot Lucien (Pastoral do Migrante de Curitiba). Representantes: Nerissa Krebs Farret (OIM-ONU), Tatyana Friedrich (UFPR – Catédra Sérgio Vieira de Mello), Dra Aieda Muhieddine (OAB Paraná), Levi José Diniz (Pastoral do Migrante de Curitiba), Malvina Ferreira (2a Regional de Saúde de Curitiba), Isabela Traub (MPPR), Eliete S.Vilela (SGCC) Roselene Sonda (CAOPJDH – MPPR).1. **Abertura:** a presidente deu início à reunião saudando a todos os presentes. **5. Constituição dos GTs: 1 – Plano Estadual e; 2 – Monitoramento/Dados:** a Gabriela abordou que a prioridade ante a questão do GT refere-se à criação de um banco de dados, uma sistematização dos dados possibilitando um acesso contínuo e atualizado dos serviços públicos, haja vista que se pauta a melhoria do funcionamento da política. Já no segundo GT, haveria a comissão de acompanhamento de políticas públicas, a comissão de garantia de direitos, o CEIM e o CAEB. Ou seja, na primeira medida a criação específica para a implementação do plano e na segunda medida a sistematização das informações. Adiante, abrindo espaço para inscrição dos conselheiros para dúvidas e esclarecimentos, a conselheira Elizete questionou como ficariam as comissões em relação aos GTs, pois haveria sobreposição ou paralelismo de trabalhos; em virtude ao questionamento, a presidente justificou que o tema não fora abordado por descuido, já que a pauta que concerne ao Retorno das Comissões deveria constar como anterior a esta, mas que seria abordado em sequência. Mas já adiantando o tema explicitado, Gabriela respondeu que o GT pretende socorrer a ausência das comissões, justamente, por conta das dificuldades que esta vinha enfrentando para reunir-se e dar andamento aos trabalhos; tão logo, à urgência dos temas específicos o GT abarca, unindo esforços que estariam esparsos em comissões distintas, redefiniu-se o trabalho em torno deles tendo em vista a efemeridade da atuação, o que também é diferente das comissões. Quanta à confluência de trabalho do GT com a Comissão de Gestão da Informação, a conselheira Isabela também mencionou a característica do recorte específico, diferentemente da comissão, mas que tal grupo, assim

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

formado, deveria entrar em diálogo com a comissão para que não colidam o trabalho, mas que somem forças de interesses, coexistindo; por isso, a Comissão de Gestão da Informação estará presente no GT, onde também estarão convidados e demais integradores além dos seus integrantes, como acontece na comissão propriamente. A prof. Fátima retomou ao fato de que as comissões são legitimadas na própria lei que criou o conselho, exercendo seu papel de monitoramento e acompanhar as questões correspondentes às suas pastas respectivas; e frisou, outra vez mais, que o GT tem a característica fundamental e distinta da temporalidade curta, mas que este não deveria ser independente, antes, estaria ligado à uma comissão – no que tange ao assunto, a comissão de monitoramento, para o primeiro, e a comissão de gestão da informação para o segundo, não desobrigando o acompanhamento próximo da SEJUF, mesmo que se buscando a celeridade. Conduzidos os esclarecimentos supracitados, encaminhou-se da seguinte forma: os GTs, constituídos em seu caráter temporário, estão vinculados às comissões de interesse confluyente, além de ter a participação das demais comissões – essa, proposta da Gabriela -, intercalando diferentes perspectivas. Participantes do GT de Implementação do Plano Estadual, integrado à Comissão de Monitoramento das Políticas Públicas: Isabela, Márcia, Cáritas, Paula, Rosileine, Jeferson (seed), Gabriela, Juliana e Alan. Participantes do GT de Sistematização de Informações, ligado à comissão de Gestão da Informação: Representante da Comissão de Políticas Públicas, Representante da Comissão de Garantia de Direitos, CEIM, Renato Souza, Isabela, Isabel e o Alison. Assim, o GT nasce de uma proposta do conselho, propriamente, pautando um trabalho específico e integrado à comissão. Os responsáveis pela convocação das reuniões são as próprias comissões. **4. Retorno das Comissões:** solicitou à SEC Executiva que apresentasse novamente as comissões e seus componentes; a servidora Kelly exibiu a lista. Comissão de Comunicação e Eventos: SETI, SEEC, ARAS e CAEBE. Comissão de Gestão da Informação: Cáritas, Pastoral do Imigrantes, SETI e SEJUF (além dos observadores:: IENI, PUC e UFPR). Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas: Cáritas, CRP, SEED, SESA e Serviço da Pastoral de Francisco Beltrão. Comissão Extraordinária da Pandemia (ainda ativa): Cáritas, CRESS, Pastoral, OIM, CAEBE e Serviço Pastoral de Francisco Beltrão. A SEJUF se dispôs a ser responsável pela convocação da reunião do GT na Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas. A conselheira Andressa pediu a palavra para tratar da desarticulação da Comissão de Comunicação e Eventos, e explanou que o trabalho da Comissão Extraordinária aí averiguada está muito voltado à comunicação, sobrecarregando alguns conselheiros em específico;

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

por isso, questionou se não seria hora de a comissão encarregada formalmente do assunto tomar as rédeas da ação; mas, expôs que haveria uma repetição da Secretaria de Superintendência Geral de Ciência e Tecnologia, que está tanto na comissão de comunicação e eventos como na comissão de gestão da informação, sendo que não participa daquela, diferentemente do que acontece na outra comissão; prosseguiu dizendo que outras secretarias apresentam a mesma questão quanto à participação na Comissão de Comunicação e Eventos, perpetuando um problema que já segue da outra gestão; por isso, pediu que sejam tomadas ações definitivas que resolvam a dissolução e possam reativar os trabalhos. A servidora Kelly demonstrou compreensão à fala da conselheira Andressa, e esclareceu que certas ausências justificavam-se pela falta de representação – como a da Secretaria da Cultura, que agora tem sua titularidade resolvida, restando apenas que a Secretaria do Turismo resolva suas pendências. Em razão disso, o Danilo da SEEC frisou a fala da servidora acima e ressaltou o desentendimento de informações, e registrou que a sua Secretaria tem atravessado complicações internas que podem refletir nas suas faltas de participação; assim, colocou-se à disposição das comissões, sobre as quais disse perceber a importância, mas alertou que não poderá estar atuante em nenhuma destas como que desempenhando de fato atividades. Quanto ao tema, Andressa expressiu a importância de ter uma representação da SEEC, mas salientou que as comissões são compostas pelas secretarias e pelas instituições do conselho, logo, se o próprio Danilo não pode participar, o seu suplente deve realizar o trabalho, não podendo apenas se abster. A presidente sugeriu que se realize uma reunião com a presença do conselheiro a fim de que esse verifique o fluxo de demandas; na ocasião de se identificar a impossibilidade, de fato, de atuação, buscar-se-á novas soluções a partir do relato da comissão na próxima reunião; para tal, a servidora Kelly ainda propôs que a SEC faça contato com cada conselheiro, agende as reuniões das comissões e se reúna com cada uma delas, para sanar a questão, e que seja possível trazer na próxima reunião do conselho pareceres conclusivos sobre a participação. **Proposta aprovada.** **8.Informes:** Simone, representante do CIEE, introduziu ao ponto de pauta agradecendo o espaço para exposição. Iniciou sua fala agradecendo ao conselheiro Saul, quem lhe emitiu o convite para participação, e expressou a gratidão da diretoria do CIEE ao conselho. Explanou da proposta, que tinha sido apresentada à SEJUF, de um curso de português para refugiados, migrantes e apátrida. Elucidou sobre o papel do CIEE de encaminhar estudantes para estágio e aprendizes para os programas de aprendizagens, além dos programas sociais que atendem pessoas em vulnerabilidade; percebeu-se um aumento considerável no atendimento de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

estudantes migrantes que buscavam o CIEE à procura de estágios, assim como refugiados, com a instituição contando com ajuda da SEJUF em relação à documentação dessas pessoas; nesses atendimentos, a comunicação, pela língua portuguesa, mostrou-se uma dificuldade, ainda mais latente no que cerne ao fato de que o processo ali os coloca no mercado de trabalho; nesse encaminhamento, concebeu-se o projeto sem solicitações de recursos do estado, na proposta primária de realização do curso presencial em uma das sedes da SEJUF, realizado com investimento financiado integralmente pelo CIEE, estando o curso disponível a todos os migrantes. A servidora Kelly informou que o protocolado com a proposta já corre a um mês na SEJUF, sendo que o cedente do espaço é a CEIM, mas que o acordo estagnou com a pandemia, que também acarretou na desatualização das formalizações; por isso, foram solicitadas as atualizações. O conselheiro Saul expressiu que participará as informações ao Dr. Sena, Chefe de Dpto. DEDIF/SEJUF e ao Secretário Ney Leprovost. Questionou-se, entretanto, se no contexto pandêmico o curso acontecerá de maneira remota e como os migrantes poderão buscar as maneiras de realizar a inscrição. Simone respondeu que os meios de procura do curso ainda não estabelecidos, pois este ainda não está em atividade, carecendo ainda, portanto, das formalizações previstas; e quanto a atualização necessário, esta está relacionada justamente à opção de curso online; tão logo, o que se precisa avaliar agora é o acesso desse público ao equipamento de realização do curso à distância, por meios digitais, o qual será realizado logo após a confecção da atualização das bases e medidas. Apesar de a proposta estar correndo na SEJUF, o conselheiro Saul expressou da exibição deste projeto ao CERMA para que este promulgue sua aprovação, pois o conselho é o responsável pelo acompanhamento das necessidades em interação com a sociedade. Contudo, na relação de uma empresa privada que efetiva parceria com uma Secretaria de Governo, o conselho apenas teria a função de acompanhar a implementação da proposta, mas sem a demanda de aprovação dos conselheiros, haja vista que a relação não se dá entre ela. Por fim, a presidente agradeceu a fala e apresentação da representante do CIEE.

7. Relato: Rearticulação dos Municípios: avançando na pauta, a presidente acolheu os convidados de Campo Magro e de Almirante Tamandaré, que se apresentaram. O representante Sandro, da UFPR, relatou que está no município de Almirante Tamandaré desde Janeiro, aplicando seu trabalho de economia solidária iniciado no âmbito da Universidade, sendo que uma das ações contempladas fora a de orientar a Associação da União da Comunidade de Estudantes e Profissionais Haitianos do Paraná; algumas ações; parabenizou ao conselho pela sua organização e estruturação. Informou ainda

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

que se busca estruturar os comitês de direitos de Almirante Tamandaré, já existindo cerca de 30 conselhos municipais, além de comitês, formando uma grande rede de atuação em prol do cidadão. Por isso, colocou à disposição para colaborar com o conselho. Também de Almirante Tamandaré, o Secretário Municipal de Educação e Cultura pediu a palavra para apresentar a equipe que se fez presente na plenária; agradeceu a oportunidade de participação do debate no nível estadual, pensando a articulação com o município, além de se pensar sobre os fluxos metropolitanos, participando aí as demandas quanto a refugiados, migrantes e apátridas; da educação no município, expressiu que há um departamento especializado, com grupo técnico, voltado aos direitos humanos, acompanhando as famílias e que agora tem por meta a ampliação da localização e identificação das famílias para, junto com os CRAS das comunidades, poder acompanhar proximamente; informou que se aplicou lá, nos anos passado e retrasado, um curso para a comunidade haitiana de língua portuguesa no departamento de Cultura com o auxílio das Irmãs Vicentinas, na Pastoral do Migrante; expressiu ainda que no município criou-se um currículo com as comunidades de onde se assumiu compromissos pensando na população migrante e apátrida, em especial as crianças e infâncias inseridas neste contexto; por isso, também ressaltou a importância de se estar presente na reunião, a fim de pensar a execução de tal currículo; colocaram-se à disposição. Adiante, também de Almirante Tamandaré, a Célia, que está à frente da pasta de Assistência Social do município, informou que há 53 migrantes vinculados aos CRAS, e neste momento realiza-se o levantamento através do CADÚnico para saber ao todo quantas famílias são atendidas. A presidente agradeceu as participações e explicações, e informou que o novo Plano, que está sendo trabalhado pelo GT, também tem o intuito de trabalhar a integração nesse viés. A conselheira Elizete ainda ressaltou que a participação é muito pertinente, sobretudo dos municípios da Região Metropolitana, pois constituem portas de entrada dos migrantes na assistência e no registro destes. Já a conselheira Kelly questionou se o município encontra dificuldades na documentação dos migrantes, se estão todos documentados, e aproveitou para dizer que o CEIM está à disposição para auxiliar em quaisquer dificuldades nesse viés. Respondeu-se que se criam estratégias com os instrumentos, como DETRAN, pra realizar esse atendimento; trabalha-se também na área de moradia, a fim de regularizar ou conceder habitação àqueles que residem em locais irregulares; para um encaminhamento sistematizado das informações, os representantes do município disseram poder enviar um relatório completo. Aprovado, o relatório será enviado. Além disso, a presidente ainda fez uma provocação quanto aos representantes municipais

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

vinculados às agências da ONU, no intuito de pensar em uma proposta, também no conselho, de construir capacitações e formações, interagindo com estes e demais municípios; do tema, Juliana, do ACNUR, reforçou a disposição e abertura para quaisquer atividades neste viés formativo e de capacitação dos atores da temática, de forma abrangente ou específica. Sobre temas quanto à organização, a presidente relatou que se levantou a discussão na reunião com a câmara de vereadores de Curitiba sobre a criação de um conselho municipal dos migrantes, onde foi proposta a ampliação do diálogo com a associação dos municípios da região metropolitana, chegando a quem se encontra na condução da questão. Em seguida, o Rafael, de São José dos Pinhais, coordenador do Centro POP, relatou que os principais migrantes que por lá se recebe têm sido venezuelanos e haitianos, com alterações de quantidade para um e outro; relatou que fora da pandemia também se chegou a atender famílias, realizando-se o fluxo documental em contato com o CEIM; informou que não se tem tido condições de atender aos migrantes que chegam como antes – sobretudo, ressaltou o caso dos venezuelanos, que deixaram de ser grupo prioritário para ceder lugar a grupos de risco (ante ao coronavírus), além da diminuição do número de vagas para se ater ao espaçamento entre as pessoas; tratou também da dificuldade de lidar com os documentos exclusivamente pela internet; mas que, de maneira geral, o atendimento e o encaminhamento de situações pontuais tem sido a base de ação do Centro POP. A presidente demonstrou compreensão quanto a fala e disse que a situação encontra-se em condições muito iguais a quase todos, ressaltando ainda que a população migrante não deseja privilégios, mas direitos. Com relação à documentação, questionou se os migrantes que por lá realizam cadastro de CPF têm apenas essa documentação; Rafael disse que sim, que essas pessoas muitas vezes não têm qualquer documentação, viajando até irregularmente, e que o procedimento de cadastro deles de CPF tem sido mais fácil. Kelly colocou-se à disposição como representante do CEIM, onde se realiza toda a documentação – e informou os meios de comunicação atualizados. O Arthur tratou do aumento, em 2021, do fluxo de pessoas sem o visto de entrada, ocasionando demandas novas, principalmente quanto ao deslocamento à Foz do Iguaçu por ocasião da abertura da fronteira na região; o deslocamento tem sido muitas vezes orientado pela Polícia Federal para obterem a regularização, e o temor que se tem enquanto entidade de proteção é sobre os riscos ocorridos na realização do processo; na ausência de uma regulamentação jurídica plausível para formalização dos venezuelanos, grupo sob ótica, e espera-se que o imbróglio da situação não seja um grande problema, mesmo que ainda demandando atenção na condição de dependente

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

da posição da Polícia Federal. O outro município presente na reunião, Campo Magro, não conseguiu realizar a partilha por problemas técnicos; mas a presidente reforçou que o conselho seguirá a prática de reuniões descentralizadas envolvendo os demais municípios do Estado, compondo o diagnóstico do que se é realizado em todas as regiões e como, através do diálogo, propor a implementação do Plano Estadual e aperfeiçoar as ações; solicitou-se que os municípios que não conseguiram apresentar enviem um relatório posteriormente. **9. Continuação dos Informes:** a conselheira Elizete relatou sobre a reunião com a câmara de vereadores no dia 13/03/2021, das 14h às 18h, com a presença da Cáritas Arquidiocesana de Curitiba, a Pastoral dos Migrantes e mais 11 vereadores, afinal, que compõem a câmara, sendo que 7 permaneceram até ao encerramento da reunião. A reunião aconteceu de maneira remota, pelos meios digitais, e fora explanado sobre a importância de uma política migratória municipal, tendo em vista a conjuntura de vulnerabilidade que os migrantes se encontram, bem como o aumento do número de migrantes que a cada dia chegam na cidade – tratando-se de Curitiba. Levou-se à discussão também a dificuldade de se oferecer o devido tratamento a este público, no que diz respeito ao acolhimento a quem passa por situação de vulnerabilidade. Sobre esta questão, ventilou-se que as políticas municipais de acolhimento da FAS não tem se mostrado eficiente para o público migrante, tendo em vista o seu critério de divisão familiar, dividindo os entes, fazendo com que optem muitas vezes por permanecer em situação de rua. Também se apontou para a necessidade de um centro de acolhimento aos migrantes e refugiados, inexistente no âmbito municipal, sobre o qual todos se mostraram engajados; o vereador jornalista Marcio Barros ficou responsável por articular um comitê/fórum junto à comissão de direitos humanos na Câmara Municipal, a ser formado pelos atores da temática migratória do município com o objetivo de iniciar e de se pensar numa proposta de lei que institua política municipal para a população migrante, dispõe sobre seus objetivos, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre seu conselho municipal para migrantes, refugiados e apátridas. Encaminhou-se ainda a criação de um fórum da soc. Civil que trabalhe de forma conjunta e paralela ao Comitê da Câmara Municipal, assim como foi acordado que se estabeleça um canal de comunicação direto e permanente com a FAS através da Câmara Municipal de Vereadores; por fim, comentou-se da Necessidade de se criar uma política permanente a nível de Curitiba e região metropolitana. **8 – GT Nova Esperança:** a servidora Isabela recordou sobre a proposta enquanto GT da realização de um evento acionando a temática de direito a moradia, ocupações e o direito à migração, que foi aprovada; por isso, ao longo do mês o grupo de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

reuniu para pensar numa proposta e levar ao conselho para aprovação. O objetivo do evento, portanto, seria o de pensar em formas de atuação do conselho e das organizações que trabalham com migrantes nos casos de ocupação com maneira de se mostrar ativo e atuante, até pensando na especificidade dos temas e nas vulnerabilidades. A proposta de evento, portanto, é algo em torno de 1h30m a 2h, contendo a apresentação do tema da moradia como um todo, para o tratamento do caso da ocupação Novas Esperança propriamente (com enfoque à questão migratória), seguido de relato sobre a vivência e sobre a militância, contando ainda com a presença do Movimento Popular por Moradia e abertura para discussões e contribuições. Como convidados, pensou-se no Dr. Olímpio do Ministério Público, a Dra. Aleica da Defensoria Pública, o prof. Gediel e o prof. Márcio de Sociologia da UFPR, migrantes que vivem direta e diariamente o tema das ocupações, um representante do movimento popular por moradia e uma representação do poder legislativo, no caso, o dep. Estadual Goura que tem atuado com a causa em outros cenários e para a mediação, a presidente deste colegiado. O evento, que acontecerá de maneira digital, está previsto para ocorrer entre os dias 19 e 23 de Abril, com a SEC já estabelecendo contato com o pessoal da informática a fim de averiguar a possibilidade da data, no período da tarde. O conselheiro Jefferson sugeriu que se convide alguém representante da comissão de direitos humanos da OAB; o conselheiro disse que irá buscar um nome a ser indicado. O conselho aprovou a determinação de data, ficando o GT responsável por estabelecer contato com os participantes para definir o melhor dia entre os disponíveis e pré-estabelecidos. A conselheira Isabel propôs que se convide a diretoria institucional PUC-PR, tendo em vista o que os representantes deste tem feito em relação ao tema, incluídas nas discussões.

9. Continuação dos Informes: Kelly informou que seus informes referenciam ao protocolo do fato de que o COPED enviou um ofício para o CERMA e tratou ainda do Protocolo de Sarandi; contudo, pelo limite de horário já avançado pela reunião, propôs que se resolvam as questões dentro da mesa diretiva, levando apenas a resolução final ao conselho; aprovado. A presidente tratou de um ofício enviado pelo MPF de Foz do Iguaçu, da resposta solicitada pelo conselho à Cáritas Nacional da situação envolvendo a associação de venezuelanos, pedindo esclarecimento quanto ao atendimento realizado após a abertura de um processo administrativo; Luiza respondeu que se fez uma digressão do que significa a Cáritas e o que ela é, em sua linha de atuação, princípios, mobilização e afins, no intuito de esclarecer que a organização é filiada à Cáritas Nacional, assim como as unidades-membro, que possuem autonomia jurídica, estimuladas pela Cáritas Paraná, mas que cada uma pode decidir se

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

atua com migração ou qualquer outra atividade; por isso, não seria uma obrigação responder a uma demanda, sendo essa uma determinação do Estado, mas que a Cáritas realiza o trabalho e este está devidamente discriminado no final do ofício. Adiante, a mesa diretora ainda informou que já discutiu quanto aos informes supracitados pela Kelly, dando a sugestão dos seguintes encaminhamentos: relato sobre o protocolado do Sarandi na próxima reunião e encaminhar o relato referente ao assunto do COPED para a Comissão de Gestão da Informação; encaminhamentos aprovados. Kelly prosseguiu com informes: apresentou que houve uma incumbência de informação para o CERMA sobre a questão de como criar nas instituições de ensino as especificações dos alunos migrantes (ou seja, se são caracterizados como refugiados, migrantes ou apátridas), já que o sistema geral não mais menciona “estrangeiros”; Kelly respondeu, afinal, que o Plano Estadual também contempla esta questão. Já a conselheira Carmen esclareceu um tema, retomando a fala da representante da Cáritas: disse que a SEJUF contempla um repasse para o município de Foz do Iguaçu tanto para o piso de acolhimento para adultos e famílias no POP Rua quanto para recursos em casa de passagem, além de um recurso extraordinário que fora repassado em dezembro para atender justamente a dificuldade de atendimento às mães que atravessavam a fronteira com seus filhos; por isso, disse que sim, a situação do município é bem gerida e acompanhada, com seu gestor atuante em todas as frentes; portanto, considerou que a questão pode ter se dado por um equívoco de encaminhamento para a instituição, haja vista que a resposta deveria ser dirigida ao gestor da política de assistência. Quanto à elaboração da Nota Técnica sobre a situação da criança que estava afastada do pai, do município de Sarandi, contemplada na última reunião, e que o pai precisou realizar um empréstimo para buscá-la; Carmen tratou da pauta dizendo que haveria outras possibilidades de abordagem, da parte do município na própria assistência social, e não o fizeram; a situação expôs uma dificuldade de fluxo de atendimento nos municípios, tão logo, pensou-se em entrar em uma organização diferente, confeccionada pela nota técnica; a minuta de nota fora montada de maneira preliminar – considerando que houve conselheiros que demonstraram interesse em participar da construção da nota, expôs a questão na perspectiva de se organizar uma reunião futura exclusiva ao tema com as partes específicas interessadas, para que este seja apresentado ao conselho depois de aprimorado. Por fim, com as questões envolvendo o decreto de bandeira vermelha em decorrência à pandemia, a conselheira Kelly informou que o CEIM está atendendo por telefone e por plataforma digitais, e disse que os meios de comunicação serão enviados e explicitados aos presentes na

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

reunião e representantes, explicando um pouco melhor do assunto neste informe e num veículo específico do canal de informação. **Encerramento:** após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha, do DEDIF/SEJUF.

Encaminhamentos:

1 – GTs: os GTs, constituídos em seu caráter temporário, estão vinculados às comissões de interesse confluyente, além de ter a participação das demais comissões – essa, proposta da Gabriela -, intercalando diferentes perspectivas. Participantes do GT de Implementação do Plano Estadual, integrado à Comissão de Monitoramento das Políticas Públicas: Isabela, Márcia, Cáritas, Paula, Rosileine, Jeferson (seed), Gabriela, Juliana e Alan. Participantes do GT de Sistematização de Informações, ligado à comissão de Gestão da Informação: Representante da Comissão de Políticas Públicas, Representante da Comissão de Garantia de Direitos, CEIM, Renato Souza, Isabela, Isabel e o Alison. Assim, o GT nasce de uma proposta do conselho, propriamente, pautando um trabalho específico e integrado à comissão. Os responsáveis pela convocação das reuniões são as próprias comissões

2 – Comissões: A SEC realizará contato específico com cada integrante das comissões para conhecer as possibilidades de reunião; posteriormente, as reuniões serão agendadas e dos relatórios destas na reunião do CERMA será discriminados os próximos passos.

3 – Rearticulação dos Municípios: solicitou-se que os municípios que não conseguiram apresentar enviem um relatório posteriormente.

4 – GT Nova Esperança: Sobre o da realização de um evento acionando a temática de direito a moradia, ocupações e o direito à migração, ficou o GT responsável por estabelecer contato com os participantes para definir o melhor dia entre os disponíveis e pré-estabelecidos. A conselheira Isabel propôs que se convide a diretoria institucional PUC-PR, tendo em vista o que os representantes deste tem feito em relação ao tema, incluídas nas discussões.

5 – Informes: a) Apresentação da Nota Técnica gerada a partir da situação de Sarandi; b) repasse dos canais de comunicação do CEIM e sua forma de funcionamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA



Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR